

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

PEREIRA, S. R.

¹ Departamento de Fundamentos da Educação-UNIRIO/Escola de Educação,
rosimeri.pereira@unirio.br

Numa abordagem qualitativa, de base exploratória, este resumo aventa debate acerca da primeira oficina de educação inclusiva, projetada pelo Grupo de Estudos da Pedagogia Histórico-Crítica (GEPHC), sob acolhimento da XI Semana do Curso de Pedagogia em 2022, sediada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Para a sistematização dos dados, utilizamos análise de vídeo gravado do evento (que segue sob domínio público via <https://youtu.be/DJn-lyN39mY>), cadernos de campo, pesquisa documental, com destaque para fontes primárias, como é o caso do Relatório Geral apresentado a Pró-reitora de Extensão/2022, além do Caderno de Resumos (2022) do supracitado evento. O exame intensivo dos dados documentais, associado ao estudo das ações identificadas, nos permite compor relato de experiência ao identificar tendências e padrões subjacentes interessados na compreensão da seguinte questão: - “Como produzir extensão universitária inclusiva para estudantes com baixa visão?”. Considerando as relações entre formação de professores, direitos humanos e o papel da tecnologia social em favor da educação inclusiva especializada, tal problemática é ponto de partida para a produção deste resumo. Ao revisar todo o material mencionado, foi possível validar o importante trabalho realizado por um grupo de acadêmicas, sob coordenação docente, ambos responsáveis por lograr resultados inéditos no que tange ao conhecimento e promoção do que chamamos de tecnologia social. A Lei de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, advoga que toda instituição de ensino deve promover a organização de ambiente educacional acessível, derrubando barreiras que comprometem o processo de desenvolvimento humano, neste sentido tal advertência ultrapassa exigências de acessibilidade arquitetônica, tendo em conta as limitações de ordem sensoriais e físicas, como é o caso de quem apresenta uma deficiência visual. A prevalência de baixa acuidade visual requer manutenção de diagnóstico precoces, e luta contínua pelo cuidado e atenção à saúde, e assistência de um modo em geral (Vieira et al (2018), Martins (2021), Geanini (2004). Nesse sentido, a oficina foi capaz de elucidar e reconhecer a importância de protocolos de adaptação de materiais para usuários com baixa visão, tais como: 1) da capacidade de percepção de detalhes como é o caso da fonte de letras sem serifa, com tamanho recomendado entre 18pt e 24pt para textos impressos, sendo apresentados com desenhos simples como é o caso da Verdana, Noto Sans, Tahoma, Open Sans Semibold e outras; 2) da preferência para uma escrita com fontes que mesclam letras maiúsculas e minúsculas, se atentando para



as demais necessidades do leitor com baixa visão; 3) da importância de se gerar alto contraste entre a cor do fundo e a representação do texto - exemplo: texto na cor preta num fundo branco; 4) da evitação de uso de frases ou palavras sublinhadas, recomendando neste caso o uso de fonte em negrito; 5) entre outros. Esta ação realça o papel da universidade ao fomentar práticas de ensino, pesquisa e extensão a serviço do desenvolvimento e bem estar social, privilegiando o trânsito de experiências como marca fundante de suas finalidades em questão. Esta ação pública buscou incentivar a produção de práticas tendo por foco os desafios implicados na gestão de conteúdos e de materiais adaptados de baixo custo, considerando a utilização de metodologias e procedimentos didático-pedagógicos a luz de diretrizes e orientações indispensáveis na promoção de uma educação inclusiva de qualidade e socialmente referenciada.

Palavras-chave: educação inclusiva; baixa visão; formação de professores.

